



Carlos Caetano Martins \*

## Os números não mentem

Os números dos últimos censos permitem avaliar algumas das políticas que a Social-Democracia aplicou durante os últimos 20 anos na cidade de Ponta Delgada. Cada vez mais pessoas estão a optar por residir na periferia, levando consigo a movida e tornando a cidade num Donut, vazio por dentro e “cheio” por fora.

Os Censos 21 identificam que, fruto das políticas da autarquia de Ponta Delgada nos últimos 20 anos, a movimentação dos cidadãos entre a sua habitação e o seu emprego/escola reduziu para cerca de metade, quer nos que se deslocam a pé (25,5%→13,8%) quer nos que o fazem com recurso a transportes coletivos (25,4%→11,6%). Em contraponto, a população que agora depende exclusivamente de viaturas para realizar estas deslocações aumentou em 26,1% (47,2% → 73,3%).

Os números não mentem e mostram que a autarquia falhou. Falhou em acompanhar tendências e em prever necessidades. Falhou em promover transportes coletivos que dessem efetiva resposta às necessidades dos ponta-delgadenses. Falhou na promoção de habitação nos núcleos urbanos. Falhou em garantir condições de habitabilidade na cidade. Falhou em toda a linha.

É muito importante promover o regresso das pessoas às cidades. Só com o regresso da população aos núcleos urbanos é que conseguiremos aumentar o número de pessoas que se deslocam a pé ou utilizam os transportes públicos no seu dia-a-dia. Afinal, são as pessoas que dão vida às ruas. São os aglomerados de pessoas que garantem maior perseverança do comércio local! São as pessoas que criam a vizinhança, o bairro e a comunidade! E nem preciso de me alongar muito sobre as questões ambientais associadas a deslocações constantes de viaturas particulares.

Por outro lado, quanto mais as pessoas se afastam dos núcleos urbanos para as periferias, maiores são os custos para a autarquia, refletindo-se num aumento de custos de manutenção dos espaços públicos e num maior investimento na ampliação das redes de saneamento, recolha de lixo e de eletricidade. Ninguém quer cidades-fantasma, onde a habitação existente é apenas para alguns pequenos afortunados e a remanescente ou está devoluta ou é segunda habitação de emigrantes.

A cidade de Ponta Delgada merece mais! Merece mais habitação, através de uma revisão do PDM e de políticas que promovam e apoiem a reabilitação e a construção de mais fogos habitacionais. Merece rever o plano viário de forma integrada com os moradores, através da criação de zonas de condução exclusiva a moradores, construção de passeios de maior dimensão e maior disponibilidade de lugares de estacionamento aos residentes. Merece rever a gestão integrada da sua rede de transportes públicos, prevendo a existência de passes mensais, o prolongamento da rede urbana às freguesias adjacentes da cidade, e a alteração dos trajetos para uma filosofia de rotas axiais ao invés de concêntricas. Merece rever a contentorização do lixo e redefinir os períodos de recolha.

Quando se olha para Ponta Delgada vê-se tanto por fazer, no entanto quem está na bolha do poder não vê ou não quer ver. Faltam ideias ao partido que tem liderado os destinos camarários nos últimos 30 anos. A cidade precisa de se reinventar e inverter esta desertificação do centro histórico e urbano, promovendo condições para o regresso de moradores a tempo inteiro.

\* Vice-Coordenador da Iniciativa Liberal – S. Miguel



Maria do Carmo Pimentel \*

## Onde estão os fundos do Pro Ativo?

O Governo Regional dos Açores promulgou, em maio do ano passado, uma medida de emprego intitulada Pro Ativo, cujo objetivo é o incentivo à procura ativa de emprego, por desempregados que estejam a realizar medidas de inserção socioprofissional e por beneficiários de medidas de estágio. O Pro Ativo aplica-se a contratos a termo e sem termo e pode assumir a forma de até três subvenções pecuniárias.

Feitas as apresentações, passemos aos seus respetivos prazos e à sua efetiva execução: o n.º 2 do artigo 7.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 85/2022 de 17 de maio de 2022, declara que a Direção Regional do Emprego procede à análise e decisão das candidaturas, no prazo de 30 dias seguidos, após a sua entrega. Contudo, à data de hoje, existem candidatos que se encontram à espera de resposta há mais de 70 dias seguidos. Dentro de pouco tempo, celebram-se os 6 meses de contrato, em que alguns beneficiários têm o direito de obter uma segunda compensação pecuniária, e ainda nem receberam a primeira compensação.

A desculpa é a (in)disponibilidade financeira. Mas, o que significa isto re-

almente? O Governo não tem dinheiro para executar os seus projetos e, como quem diz, cumprir a sua palavra?

Os jovens açorianos estão a debater-se neste momento com uma das piores crises de sempre – com a falta de emprego, salários baixos e empregos que não se adequam às suas habilitações académicas. O grande favor que o Governo Regional nos pode fazer neste momento é não nos tentar enganar com falsas medidas, que servem apenas para camuflar o caos interno e financeiro que o Governo Regional atravessa por estes dias.

São medidas como esta, sem execução à vista, que fazem com que os jovens açorianos percam a fé de que este governo do PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e IL, tenciona genuinamente prestar auxílio através de políticas eficazes para a juventude.

\* Membro do Secretariado Regional da JS Açores

## PSP lança campanha “Cinto-me Vivo” até 26 de Junho

A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) lançam até ao dia 26 de Junho, a Campanha de Segurança Rodoviária “Cinto-me vivo” inserida no novo Plano Estratégico de Segurança Rodoviária 2021-2030 – VisãoZero2030, em toda a Região Autónoma dos Açores.

Durante este período, o Comando Regional dos Açores, através das Divisões Policiais, num ajustado emprego de meios

humanos e materiais de que dispõem, promoverá e implementará ações de fiscalização em toda a sua área de responsabilidade, devidamente planeadas e/ou aleatórias, especialmente direccionadas para a fiscalização do uso correcto dos dispositivos de segurança, designadamente através de ações de fiscalização de curta duração e com grande mobilidade e de operações estáticas, atendendo ao tipo de infracção a fiscalizar. Assim, a fiscalização rodoviária da PSP

será focalizada, de forma permanente e intensiva, nos comportamentos de risco, principalmente sobre condutas que têm elevada prevalência e maior impacto na sinistralidade rodoviária, nomeadamente nas infracções graves e muito graves, e assim reforçar o papel da PSP na esfera das Políticas de Segurança Rodoviárias Nacionais e Europeias, devendo incidir prioritariamente sobre: álcool, velocidade, cintos e sistemas de retenção de crianças, e uso indevido de

telemóveis.

Paralelamente às ações de fiscalização serão realizadas em território continental, campanhas de sensibilização em parceria com ANSR e na RAS dos Açores e Madeira em parceria com os respectivos governos regionais.

A sinistralidade rodoviária não é uma fatalidade e as suas consequências mais graves podem ser evitadas através da adopção de comportamentos seguros na estrada.